

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo I - Processo e Direito Processual Penal</b> .....	<b>7</b>
1. Conceito de Direito Processual Penal .....	7
2. O Direito Processual Penal como ramo do saber jurídico .....	10
2.1. A Dogmática Processual Penal e a crise da modernidade.....	12
2.2. A Dogmática Processual Penal e o pensamento criminológico crítico.....	13
3. O Direito Processual Penal como parte do ordenamento jurídico.....	16
3.1. A norma processual penal: âmbitos de validade, fontes legislativas.....	17
3.2. A norma processual penal e sua interpretação e integração.....	22
3.3. A Expansão do Direito Penal e Direito e Processo Penal do Inimigo.....	24
4. Princípios do Direito Processual Penal .....	27
4.1. O sistema garantista de Processo Penal como modelo.....	28
4.2. Princípios não exclusivamente processuais penais. ....	30
4.3. Princípio do estado de inocência .....	32
4.4. Princípio do devido processo legal .....	37
4.5. Princípio do contraditório .....	40
4.6. Princípio da ampla defesa.....	41
4.7. Uma crítica ao chamado princípio da verdade real .....	45
4.8. Outros princípios “auxiliares” .....	48
5. O Processo Penal .....	51
5.1. O conceito de processo .....	51
5.2. Natureza jurídica do processo .....	55
5.3. O Conceito de Processo Penal .....	56
5.4. Espécies de Processo Penal.....	59
5.5. Pressupostos processuais .....	63
5.5.1. Pressupostos de existência. ....	64
5.1.2. Requisitos de desenvolvimento válido. ....	65
6. Jurisprudência selecionada .....	70
<b>Capítulo II - Investigação Preliminar e Inquérito Policial</b> .....	<b>83</b>
1. Noção e definição legal.....	83
2. Características determinantes e natureza jurídica.....	87
3. Níveis e graus de cognição e prazos para a conclusão do Inquérito Policial. ....	88
4. Os atos do Inquérito Policial (aspectos gerais).....	92
4.1. A forma dos atos .....	92
4.2. A eficácia probatória dos atos do inquérito .....	94
4.3. Nulidades .....	97

5. Análise dos atos do IP (atos em espécie).....	98
5.1. Atos de iniciação.....	98
5.1.1. Instauração de ofício pela autoridade policial.....	99
5.1.2. Requisição do MP ou juiz .....	100
5.1.3. Requerimento do ofendido .....	101
5.1.4. Comunicação oral ou escrita, por qualquer do povo.....	102
5.1.5. Representação do ofendido .....	103
5.2. Atos de desenvolvimento do Inquérito Policial .....	104
5.3. Atos de conclusão .....	108
6. Os sujeitos do Inquérito Policial.....	109
7. Jurisprudência selecionada .....	111
<b>Capítulo III - Ação Penal .....</b>	<b>125</b>
1. Conceito, natureza jurídica e fundamento.....	125
2. Classificação .....	127
3. Condições ou requisitos para o exercício da ação penal .....	128
3.1. A justa causa .....	129
3.2. Possibilidade jurídica do pedido .....	130
3.3. Interesse de agir.....	132
3.4. Legitimação para a causa .....	134
3.5. Outras condições ou condições específicas da ação penal.....	136
4. Ação Penal Pública.....	136
5. Princípio da legalidade e ação penal pública: obrigatoriedade ou oportunidade?...	139
6. A Ação Penal Pública Condicionada .....	143
6.1. A representação .....	144
6.1.1. Quem pode representar .....	144
6.1.2. Natureza jurídica, forma, vícios e eficácia objetiva da representação.....	146
6.1.3. Retratabilidade da representação .....	147
6.1.4. Prazo decadencial para a representação .....	149
6.1.5. A Representação e a Lei Maria da Penha.....	149
6.2. A requisição do Ministro da Justiça .....	152
7. A ação Penal Privada.....	153
7.1. Legitimação ativa .....	153
7.2. Princípios da Ação Penal Privada .....	154
7.3. A Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	157
8. Ação penal nos crimes conexos, complexos e nos crimes sexuais .....	158
9. Ação penal, princípio da disponibilidade e a subsidiariedade do Direito Penal .....	161
10. Atos iniciais de exercício da ação penal .....	164
10.1. O não exercício da Ação Penal Pública e o arquivamento de autos de Inquérito Policial e outras peças de informação.....	165
10.1.1. Sujeito ativo.....	166
10.1.2. Causas do arquivamento, natureza jurídica e efeitos da decisão.....	167
10.1.3. Arquivamento implícito, indireto e interno .....	173
10.1.4. O desarquivamento .....	174
10.2. A denúncia e a queixa e seus requisitos formais.....	175

10.3. Recebimento da denúncia ou da queixa .....	180
10.4. Aditamentos à denúncia ou à queixa e o princípio da correlação entre acusação e sentença .....	185
10.5. Rejeição da denúncia ou da queixa e absolvição sumária .....	193
10.6. Recebimento com outra definição jurídica .....	198
11. A ação penal na Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais) .....	201
12. Jurisprudência selecionada .....	206
<b>Capítulo IV - Jurisdição Penal.....</b>	<b>229</b>
1. Noções iniciais .....	229
2. Conceito de jurisdição .....	230
3. Princípios da jurisdição .....	231
4. Classificação da jurisdição .....	233
5. Distinção e relações entre jurisdição penal e não-penal .....	234
5.1. Influência da jurisdição penal sobre a não penal .....	235
5.2. Influência da jurisdição não penal sobre a penal.....	240
5.3. Crítica ao princípio da unidade e Teoria Agnóstica da Pena.....	243
5.4. Crítica ao princípio da unidade e Teoria Geral do Processo.....	244
5.5. A Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha) e os limites e relações entre Jurisdição penal e não penal .....	246
6. As relações entre jurisdição penal nacional, jurisdições de outros Estados soberanos, jurisdição penal internacional, e jurisdição internacional de proteção aos Direitos Humanos.....	251
6.1. Relações entre a jurisdição penal brasileira e a jurisdição penal de outros Estados soberanos: pactos e tratados de cooperação penal internacional.....	252
6.2. Relações entre a jurisdição penal brasileira e a jurisdição penal supranacional: o Tribunal Penal Internacional.....	256
6.3. Relações entre a jurisdição penal brasileira e a jurisdição penal supranacional: a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos .....	257
7. A jurisdição penal e a justiça restaurativa.....	260
8. Linhas gerais de organização da jurisdição penal brasileira.....	266
9. Jurisprudência selecionada .....	269
<b>Capítulo V - Competência no Processo Penal .....</b>	<b>279</b>
1. Noção de Competência .....	279
2. As normas de Competência e seus elementos informadores.....	281
3. Classificação da Competência .....	283
3.1. Competência de <i>jurisdição</i> (ou de <i>justiça</i> ) e competência <i>em razão</i> da matéria.....	284
3.1.1. Justiça Militar .....	284
3.1.2. Justiça Federal Comum.....	288
3.1.3. Justiça Eleitoral e Justiças Estaduais e Local do Distrito Federal .....	291
3.2. A Competência funcional e competência <i>em razão</i> da pessoa.....	292
3.2.1. A Competência recursal .....	293
3.2.2. A Competência originária ou Competência funcional vertical.....	294
3.2.2.1. Competência originária do STF .....	294



3.2.2.2. Competência originária do STJ .....	295
3.2.2.3. Competência originária dos TRF's .....	296
3.2.2.4. Competência originária dos Tribunais de Justiça dos Estados e do DF.....	296
3.2.2.5. Competência Originária dos Tribunais Militares .....	297
3.2.2.6. Competência originária do TSE e dos TRE's .....	297
3.2.2.7. Prerrogativa de função, tempo da consumação do delito e cessação do exercício da função .....	298
3.3. Competência de foro (ou territorial) e competência <i>em razão</i> do lugar .....	299
3.4. Competência de juízo.....	303
3.5. Competência por conexão ou continência .....	304
3.5.1. Hipóteses de conexão e continência no CPP .....	304
3.5.2. Conexão, continência e juízo prevalente .....	306
3.5.3. Exceções à regra da unidade de processo e julgamento. Unidade de pro- cesso e desmembramento do julgamento. Separação de causas.....	309
3.5.4. A Conexidade de causas e as regras constitucionais sobre competência ...	311
3.6. Competência pelo domicílio do réu .....	316
3.7. Competência por prevenção e distribuição.....	316
4. Inobservância das normas de competência: conseqüências.....	319
5. Concurso aparente de normas sobre Competência .....	326
5.1. Infrações atribuídas a Prefeitos Municipais.....	328
5.2. Competência por prerrogativa de função <i>versus</i> Competência do Tribunal do Júri, da Justiça Militar e Eleitoral.....	329
5.3. Competência da Justiça Militar <i>versus</i> Competência do Tribunal do Júri .....	330
5.4. Competência dos Juizados Especiais Criminais <i>versus</i> Competência por Prer- rogativa de Função, da Justiça Militar e Eleitoral.....	330
5.5. Competência da Justiça Militar <i>versus</i> Competência da Justiça Eleitoral.....	332
5.6. Competência da Justiça Militar Federal <i>versus</i> Competência da Justiça Militar Estadual.....	332
6. Causas de modificação da Competência .....	333
6.1. Alteração legislativa.....	336
6.2. Conexão ou continência surgida depois da instauração do processo .....	337
6.3. Separação posterior de processos conexos e desaparecimento da causa de co- nexidade .....	337
6.4. Desclassificação da infração.....	340
6.5. Desaforamento .....	342
6.6. Aquisição e perda do foro privilegiado por prerrogativa de função.....	343
7. Mecanismos de controle da Competência no Processo Penal.....	344
8. Jurisprudência selecionada .....	349
<b>Capítulo VI - Prisões Processuais e Processo Penal Cautelar .....</b>	<b>385</b>
1. Noções iniciais.....	385
2. Cautelaridade e prisão processual, à luz da Constituição.....	386
3. Normas gerais sobre as prisões e outras medidas cautelares na legislação infracons- titucional em geral .....	391
4. Prisão em flagrante .....	398

4.1. Conceito, natureza jurídica e fundamento.....	398
4.2. Sujeitos.....	399
4.3. Situações de flagrância delitiva.....	400
4.4. Circunstâncias que afastam a possibilidade de flagrante .....	402
4.5. Formalização da prisão em flagrante: a lavratura do auto .....	404
5. Flagrante, prisão domiciliar, outras medidas cautelares pessoais e o direito de permanecer em liberdade durante o inquérito e o processo.....	407
5.1. Prisão ou recolhimento domiciliar .....	410
5.2. Liberdade provisória sem fiança.....	411
5.4. Liberdade provisória mediante fiança.....	413
6. Prisão temporária.....	419
6.1. Noções iniciais .....	419
6.2. Requisitos .....	420
6.3. Prazo, processamento, vias de impugnação.....	423
7. Prisão preventiva .....	424
7.1. Noções iniciais .....	424
7.2. Requisitos .....	425
7.3. Processamento.....	430
8. Prisão decorrente de decisão de pronúncia.....	432
9. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível .....	434
10. Prisão por força de acórdão condenatório em segunda instância .....	436
11. O prazo de duração das prisões processuais.....	437
12. Medidas cautelares reais ou patrimoniais.....	439
12.1. Sequestro.....	440
12.2. Hipoteca legal .....	442
12.3. O Arresto .....	443
13. Jurisprudência selecionada .....	443
<b>Capítulo VII - Teoria da Prova .....</b>	<b>487</b>
1. A construção da verdade fática no processo .....	487
2. Conceito de prova .....	490
3. Fundamentos filosóficos para a construção da verdade fática no processo penal...	494
4. Verdade processual <i>versus</i> verdade real .....	495
5. Verdade processual e sistema acusatório de processo penal.....	497
6. As garantias processuais e o direito à prova no processo penal .....	498
7. O direito à prova como direito de falar: a questão da admissibilidade.....	499
7.1. O devido processo legal, em sentido restrito ou princípio do devido procedimento. Liberdade e meios típicos de prova .....	499
7.1.1. Perícias .....	501
7.1.2. Interrogatório do acusado.....	505
7.1.3. Oitiva da vítima e testemunhas, reconhecimentos e acareações.....	509
7.1.4. Documentos.....	516
7.1.5. Apreensão de objetos.....	517
7.1.6. Índícios.....	518
7.2. Vedação às provas ilícitas .....	519

7.2.1. Provas ilícitas por violação de princípios fundamentais do Direito Processual Penal .....	520
7.2.2. Provas ilícitas por violações a regras de direito material .....	521
7.2.2.1. A proteção à privacidade no Direito.....	521
7.2.2.2. Violação ao sigilo das comunicações telefônicas, telegráficas, de dados e da correspondência .....	523
7.2.2.3. O Sigilo de dados.....	525
7.2.2.4. O sigilo das comunicações telefônicas .....	528
7.2.2.5. Violação da proteção ao domicílio e à intimidade corporal.....	533
7.2.2.6. Violação à intimidade familiar e profissional .....	536
7.2.2.7. Outras hipóteses de prova ilícita por violação a regras de direito material .....	536
7.3. Provas ilícitas: conseqüências .....	537
8. O direito à prova como Direito de Ser Ouvido. O problema da interpretação, valoração e decisão quanto à verdade fática .....	539
9. Jurisprudência selecionada .....	542
<b>Capítulo VIII - Sujeitos Processuais.....</b>	<b>591</b>
1. Noções iniciais .....	591
2. Sujeitos principais .....	592
2.1. O Órgão Jurisdicional .....	592
2.2. O Ministério Público.....	595
2.3. O querelante .....	603
2.4. O acusado.....	603
2.5. O defensor.....	605
3. Sujeitos secundários.....	607
4. Os sujeitos processuais profissionais e seu papel social e político .....	609
5. Jurisprudência selecionada .....	616
<b>Capítulo IX - Atos Processuais.....</b>	<b>619</b>
1. Noções iniciais.....	619
2. Classificação geral dos atos processuais.....	620
3. Regras gerais sobre forma, lugar e tempo dos atos processuais.....	623
3.1. A forma em sentido estrito.....	623
3.2. O lugar dos atos processuais.....	626
3.3. O tempo dos atos processuais .....	626
4. Atos de comunicação processual: citações, intimações, notificações .....	630
4.1. As citações .....	631
4.1.1. A citação por mandado .....	631
4.1.2. A citação por precatória, rogatória e carta de ordem.....	632
4.1.3. A citação do militar, do preso, do funcionário público e do incapaz.....	633
4.1.4. A citação por edital e por hora certa.....	634
4.1.5. Efeitos da citação.....	636
4.1.6. Nulidade da citação .....	638
4.2. As intimações e notificações .....	639
5. A sentença e a coisa julgada em processo penal .....	639



5.1. Validade da sentença: elementos formais do art. 381, do CPP.....	640
5.2. Validade da sentença: a exigência de congruência com a acusação.....	642
5.3. Peculiaridades da sentença absolutória e da sentença condenatória.....	643
5.4. Intimação da sentença.....	647
5.5. Coisa Julgada Material em Direito Penal.....	648
6. Jurisprudência selecionada.....	651
<b>Capítulo X - O Procedimento Penal.....</b>	<b>663</b>
1. Introdução.....	663
2. O procedimento modelo.....	664
3. Classificação geral dos tipos de procedimento no Brasil.....	667
4. Procedimento comum ordinário.....	669
5. Procedimento comum sumário.....	673
6. Procedimento comum sumaríssimo.....	674
6.1. Âmbito de validade: as Leis 9.099/95; 10.259/01; e 11.313/06.....	676
6.2. Âmbito de validade: crimes militares, eleitorais, e foro privilegiado.....	678
6.3. Âmbito de validade: Lei 11.340/06 (Maria da Penha).....	679
6.4. A fase preliminar.....	684
6.5. Inicial acusatória, instrução e julgamento.....	687
7. Os procedimentos comuns e a quantidade de pena como critério definidor.....	688
8. Procedimentos especiais.....	690
8.1. Crimes dolosos contra a vida.....	691
8.1.1. Princípios que regem os julgamentos pelo Júri.....	691
8.1.2. Linhas gerais do procedimento: o sumário de culpa.....	695
8.1.3. A fase de pronúncia.....	698
8.1.4. A preparação para o julgamento.....	703
8.1.5. O desaforamento.....	704
8.1.6. A sessão de julgamento.....	705
8.1.7. A instrução em plenário.....	707
8.1.8. Os debates.....	708
8.1.9. Questionário e Votação.....	710
8.1.10. A sentença do juiz presidente.....	713
8.2. Procedimento e política nacional de repressão ao abuso de drogas ilícitas.....	715
9. Procedimentos especiais para os crimes atribuídos a pessoas que gozam de prerrogativa de função.....	722
10. O procedimento e a suspensão do processo.....	723
11. Procedimento, conexão e continência, e conflito aparente de normas.....	727
12. Procedimento e Direito Intertemporal.....	728
13. Jurisprudência selecionada.....	729
<b>Capítulo XI - A Invalidez no Processo Penal.....</b>	<b>751</b>
1. Introdução.....	751
2. Forma como garantia.....	753
3. A invalidez processual na visão da doutrina tradicional.....	754
4. Por uma revisão das categorias conceituais.....	756
5. O sistema de controle de invalidades e os interesses do acusado.....	756

6. O sistema de controle da invalidade processual e os interesses da acusação.....	760
7. Uma Teoria Garantista da Invalidade Processual.....	762
8. A teoria <i>garantista</i> e as normas do CPP sobre a invalidade processual .....	763
9. Modificações legislativas e suas implicações na disciplina da invalidade processual ....	766
8. Jurisprudência selecionada .....	767
<b>Capítulo XII - Teoria Geral dos Recursos.....</b>	<b>791</b>
1. Noções iniciais.....	791
2. Conceito e natureza jurídica do recurso.....	793
3. Classificação dos recursos.....	796
4. Características gerais dos recursos.....	797
5. Requisitos de admissibilidade dos recursos: condições e pressupostos recursais.....	801
5.1. Condições recursais.....	803
5.1.1. Possibilidade jurídica.....	803
5.1.2. Legitimidade .....	805
5.1.3. Interesse em recorrer .....	806
5.2. Pressupostos recursais .....	807
5.2.1. Capacidade para recorrer.....	808
5.2.2. Regularidade formal.....	809
5.2.3. Competência .....	809
6. Juízos de mérito e de admissibilidade .....	810
7. Efeitos dos recursos.....	811
8. Jurisprudência selecionada .....	813
<b>Capítulo XIII - Recursos em Espécie.....</b>	<b>823</b>
1. Introdução .....	823
2. Apelação.....	824
2.1. Requisitos de admissibilidade.....	824
2.1.1. Possibilidade jurídica: previsão legal e hipóteses de cabimento .....	824
2.1.2. Possibilidade jurídica em sentido negativo: ausência de preclusão .....	829
2.1.3. Legitimidade e interesse em recorrer.....	830
2.1.4. Pressupostos recursais: competência e regularidade na interposição .....	832
2.3. Procedimento .....	832
2.4. Efeitos.....	834
3. O Recurso em Sentido Estrito.....	836
3.1. Requisitos de admissibilidade.....	837
3.1.1. Possibilidade jurídica em sentido positivo: previsão legal e hipóteses de cabimento .....	837
3.1.2. Possibilidade jurídica em sentido negativo: ausência de preclusão .....	842
3.1.3. Legitimidade e interesse.....	843
3.1.4. Competência e regularidade formal.....	843
3.2. Procedimento .....	844
3.3. Efeitos.....	845
4. Carta Testemunhável.....	845
4.1. Requisitos de admissibilidade: condições e pressupostos recursais.....	845
4.2. Procedimento .....	847



4.3. Efeitos.....	847
5. Embargos Infringentes e de Nulidade.....	847
5.1. Requisitos de admissibilidade.....	848
5.2. Procedimento e efeitos.....	849
6. Embargos de declaração.....	849
6.1. Requisitos de admissibilidade.....	850
6.2. Procedimento.....	851
6.3. Efeitos.....	851
7. Protesto por Novo Júri.....	852
8. Agravos.....	854
9. Correição Parcial, ou Reclamação.....	855
9.1. Requisitos de admissibilidade.....	855
9.2. Procedimento e efeitos.....	856
10. Recursos Extraordinário e Especial.....	856
10.1. Requisitos de admissibilidade.....	857
10.2. Procedimento.....	860
10.3. Efeitos dos recursos.....	860
11. Recurso Ordinário Constitucional.....	861
12. Jurisprudência selecionada.....	862
<b>Capítulo XIV - Ações Autônomas.....</b>	<b>875</b>
1. Introdução.....	875
2. <i>Habeas Corpus</i> .....	875
2.1. Condições da ação.....	877
2.2. Pressupostos processuais.....	880
2.3. Procedimento.....	884
2.4. Recursos e coisa julgada.....	885
3. Revisão Criminal.....	885
3.1. Condições da ação.....	886
3.2. Pressupostos processuais.....	888
3.3. Competência e procedimento.....	889
3.4. Ônus da prova.....	890
3.5. Efeitos.....	890
3.6. A sentença do processo revisional.....	890
4. Mandado de Segurança Criminal.....	891
5. Jurisprudência selecionada.....	892
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>901</b>